# A ciência econômica dominante é (pode ser) axiologicamente neutra?

Brena Paula Magno Fernandez♦

**Resumo:** Dentre os problemas tradicionais da Epistemologia, uma das controvérsias mais persistentes é a questão da inserção *versus* isenção de valores na ciência. Filiando-se a uma longa tradição crítica, o filósofo Hugh Lacey desenvolve um exame contundente acerca dos fundamentos da ciência em sua interação com a sociedade, questionando as noções tradicionais de neutralidade e de objetividade científicas. Pretendemos nesse trabalho estender a crítica de Lacey às ciências sociais, e especificamente à Economia. Argumentamos que a ortodoxia da ciência econômica moderna (teoria neoclássica), através da incorporação do paradigma mecanicista da física clássica, bem como de todo instrumental analítico das *estratégias materialistas*, não representa um tipo de compreensão "neutra" dos fenômenos econômicos, mas sim uma sutil, porém particularmente notável manifestação dos valores predominantes nessa sociedade (capitalista, tecnológica, industrial, liberal), da qual faz parte. Assim, procuramos mostrar que, também no âmbito social, a preeminência dos aspectos nomológicos e quantitativos da realidade na formulação das teorias econômicas de tradição neoclássica espelha valores sociais altamente estimados nas sociedades modernas.

**Palavras-chave:** Ciência e Valores, Cientificismo, Controle Social, Hugh Lacey.

**Abstract:** Among the traditional problems in Epistemology, one of the most persistent controversies is the question of value insertion *versus* value exemption in science. The philosopher Hugh Lacey, in consonance with a long critical tradition, advances a sharp examination of the foundations of science and its interaction with society, questioning the traditional notions of scientific neutrality and objectivity. In this essay we intend to extend Lacey's criticism to the social sciences – specifically to Economics. We argue that modern economics orthodoxy (the neoclassical theory), by the adoption of the mechanical paradigm of classical physics and all the analytical instruments of the *materialist strategies*, does not represent a type of "neutral" understanding of the economic phenomena, but instead, a subtle but particularly considerable manifestation of the predominant values of the (capitalist, technological, industrial and liberal) society of which it is a part. So, we intend to show that also in the social scope, the favoring of the nomological and quantitative aspects of reality mirrors social values highly regarded in modern societies.

**Key Words:** Science and Values, Scientism, Social Control, Hugh Lacey

---

♦ Do PPGICH – UFSC (e-mail: brenafernandez@hotmail.com).

Segundo a concepção tradicional em Filosofia da Ciência, que comumente é associada ao Positivismo (muito embora não se restrinja a ele), a ciência, etimologicamente *scientia* (saber), é conhecimento impessoal, imparcial, desinteressado, em uma palavra, "objetivo" dos fenômenos do mundo[1]. Enquanto processo de investigação metódica, ela permitiria distinguir o falso do verdadeiro, o acidental do necessário, o subjetivo do objetivo, em última instância, o joio do trigo. Uma forma diferente de dizer o mesmo é que a ciência moderna (básica, fundamental ou pura) gera produtos teóricos "neutros", ou que o tipo de conhecimento alcançado através da atividade científica está completamente isento de valores sociais ou morais.

A filosofia da ciência das últimas décadas, porém, tem colocado em cheque essa convicção (mais antiga, porém ainda bastante influente) de que, por intermédio do método experimental, o acesso à realidade axiologicamente neutra dos fenômenos do mundo estaria salvaguardada. A inteligibilidade da atividade científica, argumenta esse grupo mais recente, necessita ser entendida como parte de um contexto histórico-social, que condiciona o grau de objetividade a ser alcançado[2].

Esta nova abordagem chama a atenção, em particular, para os complexos teórico-práticos ("paradigmas" ou "programas de pesquisa") que orientam, possibilitam e também limitam as investigações científicas. Os "paradigmas" (para nos reduzirmos à expressão mais conhecida, devida, como se sabe, a Kuhn) têm certamente raízes sociais que extrapolam o âmbito científico e que merecem uma exploração. É precisamente essa tarefa a que aborda o filósofo australiano Hugh Lacey, em duas obras principais – *Valores e Atividade Científica*, de 1998, e *Is Science Value Free?,* de 1999.

Nestes trabalhos, Lacey propõe um modelo, segundo o qual todo conhecimento científico é produzido mediante a subordinação a alguma *estratégia de pesquisa*, que carrega consigo a marca dos valores sociais mais prementes, e que impõe limites à parcela da realidade que será "tocada" pela investigação. Este trabalho tem como proposta estender o argumento central da crítica de Lacey a um caso diverso daquele por ele já tratado (nas ciências naturais).

Retomando a discussão acerca da interação entre valores e ciência, as três primeiras seções são dedicadas a uma breve apresentação de algumas das principais teses defendidas por Lacey nas duas obras mencionadas acima, bem como em outros artigos que se dedicaram ao tratamento dessa questão. A segunda parte (seção 4 e seguintes), além de resgatar aspectos históricos do

[1] Para uma discussão sobre os diferentes aspectos da visão tradicional da noção de objetividade científica, ver Cupani, A.(1990, 29).
[2] Ver Kneller, G. (1980) e Brown, H. (1984).

desenvolvimento da Economia, notoriamente influenciada pelo progresso da física clássica, sugere uma leitura do caráter cientificista da corrente dominante à luz da denúncia que faz Lacey: a preeminência de um tipo de pesquisa em particular – norteada pelas chamadas *estratégias materialistas* – em resposta não somente a considerações de caráter cognitivo, mas também, e fundamentalmente, a um valor social em particular – o controle – neste caso, social.

## 1. As Estratégias Materialistas[3] e a suposta Neutralidade da Ciência

A versão dominante de ciência tem se desenvolvido, a partir da modernidade, na prática, recorda Lacey, exclusivamente segundo as perspectivas do *realismo* e do *materialismo.*

Por *realismo* entende-se aqui a perspectiva metafísica segundo a qual o mundo existe independentemente da consciência dos indivíduos, e é acessível ao conhecimento humano. Supõe-se, portanto, que todos os objetos e entidades constituintes do mundo (ou do mundo dos "fatos puros") existem e apresentam uma ordem subjacente que independe de qualquer interação, seja com as experiências, seja com as práticas humanas, e que as teorias confirmadas descrevem o mundo, sendo aproximadamente verdadeiras.

O chamado *materialismo científico*, aqui tratado, refere-se à doutrina segundo a qual a explicação de todos os fenômenos da natureza poderia ser reduzida a processos que se explicam pelas leis dos movimentos dos corpos e por mudanças puramente quantitativas. De modo sucinto, podemos sublinhar alguns pressupostos básicos assumidos pela perspectiva do *materialismo científico*, de fundamental importância para o estabelecimento do método científico moderno[4], que seriam: i) a natureza é vista como um sistema de matéria em movimento, e esse movimento é governado por leis (não necessariamente determinísticas), ii) essas leis podem ser expressas matematicamente, iii) um número reduzido delas é suficiente para explicar todo o funcionamento do universo, iv) qualquer referência às "causas finais" ou "forças vitais" (típicas da física aristotélica e medieval) fica excluída da explicação científica do comportamento da natureza.

---

[3] O conceito de "estratégia" possui muitas semelhanças com o "paradigma" kuhniano. Lacey chega inclusive a afirmar que estratégia seria um "descendente intelectual" do paradigma – ver Lacey, 1999 (nota de rodapé 9 do capítulo 1). Porém, algumas diferenças são também dignas de nota: enquanto a passagem da física newtoniana para a física einsteiniana representa, segundo Kuhn, uma mudança paradigmática, para Lacey, a estratégia teria permanecido a mesma – materialista.

[4] Para uma argumentação aprofundada acerca do modo como os modelos de filosofia materialista se firmaram pela primeira vez, quando do nascimento da ciência moderna, ver Rossi, P. (1997), em particular Cap. 15 – Instrumentos e Teorias.

Assim, o conceito laceyano de "materialismo", que entra na composição do conceito das "estratégias materialistas", engloba tanto uma tese metafísica, quanto pressupostos ontológicos, metodológicos e epistemológicos.

De acordo com esse tipo de estratégia de pesquisa – materialista –, portanto, o conhecimento do mundo material deve ser gerado em termos de suas estruturas, processos e leis subjacentes, independentemente das interações que essas estruturas possam ter com as experiências e práticas humanas. Logo, todas as influências sociais e morais envolvidas nessas práticas ficariam, a reboque, necessariamente também excluídas do caráter metodológico fundamental da investigação científica. Por conseqüinte, segundo a ortodoxia, o tipo de conhecimento alcançado através da ciência básica seria "livre de valores".[5]

Lacey divide esta tese geral em três subteses: a tese da *imparcialidade*, da *neutralidade* e da *autonomia* da ciência.

Com relação à primeira delas – a imparcialidade –, Lacey afirma o seguinte: o conhecimento científico é *imparcial,* na medida em que a escolha entre teorias fundamenta-se (ou deve fundamentar-se) apenas e tão somente em *valores cognitivos,* tais como: clareza, simplicidade, adequação empírica, fecundidade, poder explicativo, ausência de hipóteses *ad hoc* e consistência com as demais teorias aceitas. A imparcialidade, portanto, é uma tese que se refere às razões epistêmicas consideradas legítimas para a aceitação ou rejeição de teorias. (LACEY, 1998, pp. 62-64).

Por outro lado, as teorias científicas seriam *neutras*, uma vez que, em princípio, o tipo de conhecimento que adquirimos com a ciência não deveria atender a qualquer interesse ou perspectiva de valor em particular. Em outras palavras: os conhecimentos científicos não acarretam, dedutivamente, juízos de valor. Uma vez corretamente aceitas (de acordo com o princípio da imparcialidade), suas aplicações devem servir, em princípio, de um modo mais ou menos igual aos interesses de todas as perspectivas de valor que eventualmente possam ser mantidas (LACEY, 1998, p. 78).

A tese da *autonomia*, por sua vez, denota que a ciência (básica) desenvolve-se em função de sua própria agenda, definindo por direito próprio seus problemas, prioridades e procedimentos. A autonomia implica que as instituições extrínsecas à ciência, embora possam apoiar a pesquisa (sobretudo, financeiramente), não devem exercer qualquer tipo de pressão, coação ou interferência,

[5] Essa tese teria, conforme Lacey, duas raízes complementares (Descartes/Galileo e Bacon). Ver Lacey (1999, cap. 1).

seja de ordem econômica, política ou moral, para que os cientistas desenvolvam posturas ou interesses outros, diferentes da manifestação, em elevado grau, dos valores cognitivos em suas teorias. Deste modo, em decorrência do princípio da imparcialidade, ou para assegurá-lo, a prática científica deve ser realizada por instituições autônomas às outras esferas sociais de decisão (LACEY, 2000, p. 98).

Uma vez aceitos e implementados esses três princípios, a ciência nos proporcionaria um entendimento do mundo completamente isento de valores sociais ou morais. Essa é a perspectiva advogada pelo *materialismo científico*.

## 2. O Papel da Restrição e da Seleção

A preeminência das *estratégias materialistas* (doravante EM) na ciência moderna deriva, como vimos acima, num primeiro momento, da pressuposição de neutralidade dos resultados obtidos por intermédio de suas teorias. Essa é uma posição, entretanto, que não está livre de controvérsias.

O principal papel de uma *estratégia* é, por um lado, o de *selecionar* quais teorias podem ser cogitadas como "aceitáveis" e, por outro, *restringir* o tipo de dados empíricos que devem ser levados em conta para um eventual teste. Portanto, a adoção de uma estratégia de pesquisa *especifica* os dados e as possibilidades que devem ser usados como ponto de partida, bem como aqueles que serão explorados ao longo da investigação, e *restringe* o âmbito dos dados empíricos que devem ser procurados com o fito de testar as teorias provisoriamente mantidas. Somente por intermédio de uma estratégia, deste modo, podemos, sistemática e coerentemente, identificar quais perguntas fazer, quais quebra-cabeças resolver, quais classes de possibilidades enfocar, que tipo de explicações explorar, quais fenômenos devemos observar, medir e experimentar, assim como definir quais são os procedimentos a empregar.

A fim de identificar pontualmente as tensões que impedem a realização do ideal de ciência básica axiologicamente neutra, Lacey (2003, p. 143) propõe um modelo de atividade científica, a partir do qual três momentos centrais são analiticamente distinguidos:

- $M_1$: momento de adoção de uma estratégia,
- $M_2$: momento de aceitação de teorias e
- $M_3$: momento de aplicação do conhecimento científico ganho.

Cada um desses momentos lógicos distintos corresponde a uma das três subteses apresentadas acima: a autonomia, imparcialidade e a neutralidade. Em $M_1$ são determinadas as prioridades, a metodologia e a orientação da pesquisa. Como essas deliberações estão diretamente vinculadas às instituições onde a atividade se realiza, o valor que é afetado diretamente nesse momento é o da *autonomia*. Uma vez definida a estratégia e empreendida a pesquisa, em $M_1$, o próximo passo é o momento de aceitação das teorias ($M_2$). Aqui, o valor que certifica a cientificidade dos resultados obtidos é o da *imparcialidade*, e é com respaldo nele que as teorias serão legitimamente aceitas ou rejeitadas. Em $M_3$, com base no conhecimento corretamente aceito em $M_2$, são desenvolvidos novos conhecimentos, aplicados, que resultarão em tecnologias (produtos e processos). Esse último movimento, *em tese*, deve respeitar ~~a~~o princípio da neutralidade. Significa afirmar que as aplicações científicas, consistindo em desdobramentos de conhecimentos básicos que foram imparcialmente obtidos (em $M_2$) seriam *neutras* com relação a quaisquer perspectivas de valor social que pudessem ser defendidas.

O primeiro momento ($M_1$) possui importância central no modelo, tendo em vista que a estratégia adotada cerceia, limita e define não apenas os contornos da investigação, como também suas metas. *Em termos concretos*, a adoção das EM traduziu-se historicamente na utilização sistemática e virtualmente exclusiva de conceitos e dados quantitativos (materialistas) para designar as propriedades dos objetos e fenômenos naturais, tomando por pressuposto que esse tipo de abordagem do mundo *esgotasse* as melhores possibilidades de entendimento permitidas pela nossa experiência.

Selecionar e restringir as explicações dos fenômenos de maneira que estas sempre envolvam correlações entre variáveis quantitativas (de modo a possibilitar a reprodutibilidade dos experimentos) implica, entretanto, assegura Lacey, em sérias limitações na classe de hipóteses consideradas legítimas para a explicação do fenômeno. Como exemplo, podemos lembrar a exclusiva utilização dos princípios nomológicos e a conseqüente exclusão da possibilidade de explicação por intermédio de princípios teleológicos, intencionais ou sensoriais (LACEY, 1998, p. 116).

Duas abordagens acerca do conhecimento científico encontram-se aqui, deste modo, em oposição: por um lado, a tradição da ciência moderna, que defende possuírem as características gerais da metodologia científica, como finalidade última, o interesse em ampliar e aprofundar os conhecimentos acerca do mundo. Nesse sentido, a orientação metodológica no nível mais

fundamental da investigação não deve nem pode ser sistematicamente influenciada por valores específicos (diferentes do valor do aumento do próprio conhecimento). Segundo esse entendimento, os valores sociais desempenhariam um papel legítimo apenas em $M_3$, no momento da aplicação do conhecimento anteriormente obtido, de forma "neutra", em $M_1$ e $M_2$.

Por outro lado, nas obras mencionadas acima, Lacey defende a tese de que a *ênfase materialista* assumida pela ciência moderna não consiste tão somente numa resposta a considerações cognitivas, mas sim, e fundamentalmente, numa resposta a valores sociais, mais especificamente a um valor em particular: *o controle sobre a natureza*, no caso das ciências naturais. De acordo com sua interpretação, portanto, o valor social do controle já possui papel destacado em $M_1$.

Entretanto, note-se que isto não significa defender que os produtos teóricos da ciência não possuam as credenciais cognitivas corretas, pois, para Lacey, os valores cognitivos não deixam de exercer um papel fundamental no momento lógico "correto": em $M_2$. Ademais, como os valores sociais já têm importância central (e, segundo ele, legítima) no núcleo da atividade cientifica, sua proposta consiste não em retirar-lhes essa função, mas, ao contrário, em ampliar o leque de valores influenciando o momento mais fundamental da investigação cientifica, a fim de atenuar a importância daqueles que já existem.

Assim*, sem abrir as portas ao relativismo*, o modelo consegue propor um olhar novo para uma antiga discussão: em contraste tanto com a perspectiva do empirismo lógico como com a proposta das tendências construtivistas sociais mais radicais, Lacey sustenta que as teorias científicas podem ter tanto valor cognitivo (epistêmico) como valor social. Nesse sentido, particularmente valorosa é sua defesa de que outras "estratégias" de pesquisa (vinculadas a outros valores sociais, que não o controle tecnológico sobre a natureza) sejam também exploradas, produzindo conhecimento igualmente rigoroso.

## 3. O Controle sobre a Natureza como Valor Social Máximo na Modernidade

Nas sociedades modernas, seguindo a proposta de Lacey, o valor *do controle sobre os processos e fenômenos da natureza* foi paulatinamente sancionado, até tornar-se intensamente

"incorporado" (*embodied*)[6] pelas instituições econômicas e políticas dirigentes. Nesse processo, o avanço do capitalismo industrial possui uma influência crucial e ascendente, ao longo do período que vai desde a segunda metade do sec. XIX até o século XXI. Nesse período, inicia-se e desenvolve-se, cada vez mais intimamente, a grande apropriação privada dos conhecimentos científico-tecnológicos, necessários ao estabelecimento das grandes indústrias (bélica, química, petroquímica e farmacêutica, para citar algumas das mais importantes). Além disso, no mesmo movimento, a idéia de "progresso" e "desenvolvimento"[7], com conotações muito positivas, tornam-se bandeiras que passam a ser associadas aos avanços científicos e tecnológicos.

A marcha do desenvolvimento científico-tecnológico propiciou que as atividades da vida prática contemporânea – transporte, educação, medicina, comunicação, agricultura, e mesmo questões cotidianas mínimas – fossem tão exitosamente ocupadas pelos produtos dos *avanços tecnológicos* (expressão última de nosso controle sobre os objetos e processos naturais), que temos imensa dificuldade sequer em imaginar como seria a realização dessas atividades sem a ajuda do enorme aparato tecnológico que hoje nos rodeia.

É nesse sentido que o *controle sobre a natureza* a que Lacey se refere diz respeito especificamente à *exploração e implementação das possibilidades tecnológicas que se mostram viáveis*, ou ainda à *expansão das tecnologias a cada vez mais esferas da vida humana*, e à extrema valorização da idéia de que ela é capaz de resolver cada vez mais problemas.

### 3.1 O Reforço Mútuo entre as Estratégias Materialistas e o Moderno Valor de Controle

Nesse momento chegamos à proposta mais polêmica, ou, segundo o próprio autor, ao ponto mais controvertido de sua tese, o que afirma haver um vínculo interno de "reforço mútuo" entre o *moderno valor de controle* e o *entendimento materialista* adotado pela ciência.

A pesquisa conduzida sob as EM caracteriza-se fundamentalmente, como vimos acima, pelo privilégio da análise de aspectos nomológicos e quantitativos da realidade (e conseqüentemente pelo uso intensivo de instrumental matemático nas teorias científicas). Lacey defende que a justificativa para a virtual exclusividade na adoção desse modelo pelas sociedades

[6] A "incorporação de valores" refere-se a uma estrutura social na qual as instituições fornecem os espaços necessários para a manifestação intensiva de *determinados* valores sociais ou morais, mas não de outros. A esse respeito, ver Lacey, 1998, cap. 2, em particular, sub-item 2.1.1 – Incorporação de valores pessoais em instituições sociais.
[7] Em sucessão à noção baconiana de "controle", que no sec. XVII exercia o mesmo papel.

modernas não pode ser explicada unicamente através da metafísica materialista, mas reflete os anseios de um tipo de sociedade que deseja acima de tudo controlar a natureza.

Em decorrência dos processos de restrição e seleção a que foram submetidas, as teorias aceitas encapsulam apenas alguns tipos determinados de possibilidades que os fenômenos permitem. Assim, as teorias aceitas sob as chamadas *estratégias materialistas* identificam as "possibilidades abstratas" dos fenômenos, i.e. suas possibilidades abstraídas de qualquer conexão que estes possam ter com a experiência humana, e separadas dos valores sociais, morais, humanos e ecológicos que também possam admitir. Essas possibilidades abstratas incluem as possibilidades relevantes do ponto de vista da aplicação tecnológica.

Além disso, sob as EM, os dados são selecionados (segundo os critérios da intersubjetividade e replicabilidade) de forma a que suas categorias descritivas sejam quantitativas – isentas, portanto, de intencionalidade e valor –, e aplicáveis em virtude de serem mensuráveis e de proporcionarem operações instrumentais e experimentais.

A investigação científica atual teria optado, desta forma, por explorar certas classes de possibilidades – geralmente aquelas valorizadas pela aplicação que proporcionam –, e que estão historicamente condicionadas. À diferença daqueles que aderem à metafísica materialista, Lacey adverte que não há razão para acreditar que as possibilidades dos fenômenos sejam exauridas (esgotadas) por suas possibilidades abstratas. Em consonância com a perspectiva adotada pelas EM, a utilidade baconiana (ou a capacidade de gerar novas tecnologias que aumentem o controle humano sobre a natureza) ocupa um papel de amplo destaque, mesmo quando se pensa unicamente no plano epistemológico. Em suas palavras (LACEY, 1999, p.126):

> O compromisso com o moderno valor de controle é a chave que explica a adoção virtualmente exclusiva de estratégias materialistas na ciência moderna. Em geral, a pesquisa conduzida sob essas estratégias serve aos interesses que emergem desses valores, e não apenas quando é imediatamente endereçada a questões práticas de controle. Além disso, quaisquer outros valores envolvidos nas modernas atividades de pesquisa ou incorporados em instituições de pesquisa precisam, sob condições históricas modernas, co-ocorrer em complexos de valores junto com os modernos valores de controle.

É quase um lugar-comum afirmar que a moderna *reductio scientiae ad mathematicam*[8], característica das EM, ao conseguir traduzir os processos, leis e estruturas subjacentes aos fenômenos naturais em simples, belos e coerentes sistemas de equações matemáticas, tornou-se o mais importante e poderoso instrumental analítico já concebido pelo intelecto humano. Quase desnecessário também é lembrar, uma vez mais, as consequências pragmáticas acarretadas por intermédio das modernas teorias científicas básicas, conduzidas sob as EM: o estrondoso sucesso prático de seus desdobramentos tecnológicos, que não cessam de nos causar estupefação e perplexidade, dia-a-dia.

Que o êxito das tecnologias parece corroborar de certa forma o valor de verdade das teorias abstratas que as conduzem é inegável[9]: como o conhecimento científico possibilita a tecnologia moderna, tanto o sucesso teórico da ciência aplicada, quanto o sucesso material da tecnologia parecem provar que obtemos, com a ciência básica, de fato um tipo de conhecimento do mundo *tal qual ele realmente é*, e não uma espécie de conhecimento que responde a interesses ou valores de cunho social ou moral.

De fato, as tecnologias "funcionam", e o fazem magnificamente: o homem é capaz de voar, sem ter asas, e de perscrutar os abismos mais insondáveis dos oceanos, sem ter guelras – essa é a prova mais cabal de que as tecnologias "funcionam" – sem entrar aqui, por hora, em julgamentos de valor com relação aos supostos "desenvolvimentos" tecnológicos, ou seja, se eles consistiram, de fato, apenas num "bem" para a humanidade. Não decorre daí, todavia, que necessariamente as aplicações tecnológicas baseiem-se em um tipo de conhecimento teórico (nomológico, causal, formal e matemático) que finalmente teria conseguido desvendar a "realidade" do mundo por detrás das aparências, como costumeiramente somos levados a acreditar. Significa apenas que o mundo tem respondido excelentemente às reduções lógicas e simbólicas criadas pelo homem.

A crítica de Lacey procura justamente mostrar a falácia do argumento do sucesso da tecnologia como prova prática da "neutralidade" do conhecimento do mundo. Sua tese é que o tipo de teorias que se privilegia modernamente (quantitativas, em detrimento das qualitativas) reflete, sutil e subliminarmente, que a sociedade moderna prefere teorias que, ao serem aplicadas,

---

[8] Em que pese o desenvolvimento das chamadas *matemáticas qualitativas*, estamos nos referindo exclusivamente ao processo de matematização associado à quantificação, intrínseco ao materialismo científico.

[9] E isso verifica-se não apenas em relação ao "senso comum", mas também, e em grande medida, quando levamos em consideração a opinião educada, ou o que poderíamos chamar de senso comum "esclarecido".

possibilitam desdobramentos tecnológicos e, conseqüentemente, o controle e o domínio sobre a natureza.

Em um ambiente social onde a perspectiva moderna de controle está ostensivamente presente e incorporada, ocorre, sustenta Lacey, que a eficácia das aplicações acaba, na prática, por se tornar um elemento de legitimação suficiente para o estímulo (tanto financeiro, quanto intelectual) daquele tipo de pesquisa básica (conduzido sob estratégias materialistas). Como, via de regra, são muito mais eficazes (e rentáveis) do que as estratégias concorrentes, as aplicações tecnológicas decorrentes da pesquisa conduzida sob *estratégias materialistas* acabariam por interagir com a perspectiva moderna de controle, reforçando-a.

No que tange especificamente às ciências sociais, Lacey nos diz ainda que há, nessa estrutura social onde o controle assume lugar predominante, uma pressão muito forte para que o modelo de ciência natural moderna se estenda para além dos domínios onde originalmente fora concebido. Significa que, também no âmbito das ciências do homem e da sociedade, ter-se-ia privilegiado fortemente o entendimento que mobiliza termos matemáticos e mecanicistas. As teorias sociais acabariam, nesse caso, por solapar aquilo que é verdadeiramente humano, e esse processo desembocaria numa situação na qual os próprios agentes humanos se tornam objetos passíveis de controle.

Como Lacey sugere a existência deste vínculo de reforço mútuo também na esfera dos fenômenos sociais, passamos a seguir a uma análise daquela que amiúde é apontada como a primeira disciplina social a ingressar no seleto rol da "boa ciência" – a Economia.

## 4. Ciência Econômica – a Passagem da "Economia Política" para a Moderna "Economia Positiva"

Dentro de um contexto histórico amplo, é conhecido que a Economia inseriu-se em um projeto geral, que norteou o desenvolvimento das mais variadas áreas do conhecimento que aspiravam ao *status* de "ciência". Tendo se instituído como disciplina autônoma no último quartel do século XVIII, o desenvolvimento da Economia foi fortemente norteado pela concepção de cientificidade instaurada na modernidade, que incluía, além da matematização e da formalização, também o processo de mecanização – ou seja, a busca de causas e de leis para os fenômenos econômicos – em última análise, a busca de suas condições de repetibilidade.

A publicação da obra seminal de Adam Smith, *The Wealth of Nations*, em 1776, foi, para a Economia, um marco comparável (guardadas as devidas proporções) ao que representou a publicação dos *Principia*, na Física Clássica: o momento em que a disciplina se estabelece como autônoma.

Entretanto, naquele momento, os problemas que a Teoria Clássica trata, bem como todo o arcabouço analítico de que ela se utiliza, estão voltados para a solução e explicação de problemas econômicos específicos, que estão dados historicamente, e inseridos em uma perspectiva sócio-cultural que é única, idiossincrática e irrepetível no tempo. Em decorrência dessa característica, talvez a principal diferença, apesar de quase um século de intervalo entre a autonomização da Física e a autonomização da Economia, seja que a Economia nasce como uma disciplina que ainda não é "neutra", uma vez que preserva uma perspectiva profundamente valorativa[10].

No esquema analítico clássico, portanto, o adjetivo *política* distingue o objeto ao incluir, no tratamento das questões econômicas, considerações políticas em sentido bastante amplo, o que necessariamente remete a considerações morais e éticas. Trata-se aqui da análise de um processo que envolve agentes econômicos, cujo comportamento é complexo em suas motivações (absorvendo dimensões culturais, sociais, históricas, políticas e ideológicas) e que atuam num contexto de incertezas que a ciência não tem como banir. Nessa estrutura analítica, o processo de tomada de decisões econômicas no âmbito da escolha pública, como dito, não pode prescindir de considerações valorativas.

O movimento decisivo em direção à matematização e à formalização na Economia foi dado pelos protagonistas do movimento que viria a se tornar conhecido como "revolução marginalista", por volta de 1870. Com efeito, esses autores promoveram uma verdadeira reviravolta metodológica no escopo da disciplina, não apenas introduzindo novas técnicas matemáticas (em especial o cálculo diferencial), como também defendendo uma separação bastante nítida entre ciência e arte. O estudo da Economia passa a dividir-se em uma abordagem "positiva" – científica e matemática – por um lado, e a "arte" das aplicações de política econômica, por outro.

[10] Também o laureado Nobel Amartya Sen (1987, pp. 19-23), em sua advertência quanto à necessidade de reinserção da ética na teoria econômica, observa que duas tradições se firmaram na atualidade. A primeira delas, fortemente ligada à moral, remonta a Aristóteles, e incluiria, além do próprio Smith e toda a escola clássica – Ricardo, Marx e Mill –, também autores como Myrdal e Veblen, bem como toda a escola institucionalista contemporânea. A segunda vertente, hegemônica, de origem neoclássica, seria uma espécie de "engenharia" social, na qual essas preocupações nunca foram consideradas.

A passagem do substantivo adjetivado Economia Política (*Political Economy* – sec. XVIII) para o substantivo Economia (*Economics*) sem qualificação (sec. XIX) denota, portanto, modificações substantivas, tanto a nível metodológico, quanto epistemológico.

No tratamento proposto pela moderna *Economics*, a visão teórica subjacente (neoclássica) consegue eliminar o tipo de reflexão que "contaminava" a análise dos clássicos, seguindo aquilo que se supunha ser uma exigência da cientificidade. As influências valorativas são expurgadas do âmbito da Economia, e em seu lugar passa a vigorar o modelo *científico*, a-histórico, de investigação da realidade – o modelo mecânico, formal e matemático.

Esta nova perspectiva teórica instaurada pela Escola Neoclássica, que coloca a análise econômica sobre bases essencialmente matemáticas, mecanicistas e naturalísticas trouxe, como consequência imediata, também uma dramática reformulação no estatuto epistemológico da Economia.

A metáfora mais conhecida da ciência moderna – a máquina – é incorporada à explicação do funcionamento dos sistemas econômicos: a Economia é uma máquina que produz mercadorias. Suas partes constituintes (ou "partículas básicas") são as firmas, os consumidores e os governos. Importante a ressaltar aqui é um dos pressupostos fundamentais dessa abordagem: a idéia de que o mercado efetivamente tende ao equilíbrio, ou seja, ele é um mecanismo que funciona: ao ser eventualmente perturbado por causas exógenas, fatalmente voltará a reacomodar-se em torno a um novo equilíbrio. Assim como na mecânica clássica na qual se espelhou, também na Economia como um sistema mecânico, é preciso notar, todos os movimentos são tratados como processos perfeitamente estáveis, reversíveis e auto-reguláveis. Uma vez que também o conceito de *tempo* aqui considerado é mecânico e lógico[11], e não histórico, não podem ser contempladas quaisquer mudanças qualitativas.

Ainda implícita na teoria, através herança da metáfora da "mão invisível" de Smith, está a pressuposição de que os agentes econômicos individuais, na persecução de seus interesses próprios, automaticamente promoverão o interesse público.

Com efeito, segundo Arrow (1974), a abordagem neoclássica poderia ser caracterizada por dois traços fundamentais: a coordenação dos comportamentos individuais através do mercado e

[11] A esse respeito, Georgescu-Roegen (1979, p. 29) escreve o seguinte: "Basta-nos observar que, a partir da epistemologia mecânica, o universo passa a ser um enorme sistema dinâmico. Por conseguinte, não se desloca em nenhum sentido particular. Como um pêndulo, este pode deslocar-se igualmente bem no sentido oposto sem, no entanto, violar qualquer princípio da mecânica".

uma racionalidade que, em matéria de tomada de decisões, limita-se à sua otimização. Em última instância, portanto, o que passa a ser considerado como objeto de análise da teoria neoclássica é a "administração de recursos escassos", ou seja, o problema da alocação ótima (e atemporal) de recursos entre bens de consumo e bens de capital, por agentes econômicos racionais e oniscientes, cujo complexo de motivações vê-se reduzido à maximização de seus interesses próprios – o conhecido *homem econômico*.

Significa dizer que, em seu quadro conceitual, a análise econômica convencional identifica a racionalidade individual dos agentes com a maximização de uma função-objetivo (que visa a utilidade pessoal, no caso dos consumidores, ou lucro, no caso dos produtores). Supõe-se, ademais, que os agentes (firmas ou consumidores) são todos pequenos o suficiente, de maneira a não influenciar individualmente a formação dos preços, e que a informação, em matéria de tomada de decisões, é livre e perfeita para todos os participantes do mercado. Isso se deve a uma razão fundamental: não há lugar para nenhum tipo de incerteza nesse tipo de abordagem, uma vez que qualquer irreversibilidade está excluída. Por fim, o modelo pressupõe também uma completa e instantânea mobilidade (ou substituibilidade) entre os fatores de produção – deslocamento ou substituição perfeita entre trabalhadores, maquinário e recursos naturais.

Nesse modelo, a explicação passa a ser causal: o que se pretende, a partir de então, é mostrar como nenhum outro evento era causalmente possível, dadas as condições iniciais e as leis que supostamente passa-se a conhecer. Então, de acordo com essa abordagem "positiva" da Economia, os eventos em questão *precisam* ocorrer da maneira que ocorrem – esse é um dos elementos que conduz a uma mudança radical do enfoque. Introduz-se a *necessidade* na explicação (causal) e eliminam-se os aspectos acidentais, históricos, culturais, políticos ou socialmente determinados (casuais) que marcavam o tipo de explicação que era oferecida pela Escola Clássica.

Os sistemas econômicos, que até então estavam subordinados ao âmbito do humano, cultural, histórico e localizado, passam a ser entendidos como sujeitos a regularidades tão fortes e inexoráveis como a lei da gravitação e os princípios de mecânica. E isso a ponto de Jevons ter apresentado em 1871, seu projeto para desenvolver a Economia (até aquele momento, ainda "Política") como a "mecânica da utilidade e do interesse-próprio".[12]

A despeito do fato deste arcabouço teórico remontar ao sec. XIX, sua concepção, com alguns ajustes e refinamentos, continua muito difundida e, sobretudo, praticada: a essência da

abordagem neoclássica (hoje também denominada neo-walrasiana) normalmente é ilustrada pelo conhecido gráfico oferta-demanda de formação do preço de equilíbrio em um mercado hipotético de concorrência perfeita, que pode ser encontrado em qualquer manual introdutório de Economia. A interpretação desse gráfico assenta-se no princípio newtoniano de equilíbrio: os preços de mercado "gravitarão" automaticamente em torno a um preço de equilíbrio, ponto que é dado pela intercessão entre as duas curvas.

Tendo em vista que, segundo os preceitos da teoria neoclássica, os preços se formam no mercado e a dinâmica de alocação de recursos tende a ocorrer de forma ótima, a ação do Estado, *em tese*, deve passar a restringir-se apenas e tão somente à correção de eventuais falhas nesse processo.

A idéia de uma ordem oculta regendo e auto-equilibrando os sistemas econômicos, que se assemelhava bastante à lei da gravitação na física, foi, naquela ocasião, de grande valia para as forças emergentes do liberalismo econômico e político. Esse ingrediente político contribuiu, e muito, para a rápida aceitação e disseminação das analogias mecânicas da Teoria Neoclássica durante os séculos XIX e XX.

Assim, a teoria neoclássica, fortemente influenciada pelo paradigma mecanicista, depurada da influência valorativa, da análise histórica dos fenômenos econômicos e cada vez mais formalizada matematicamente, passa a dominar a formação dos economistas em quase todo o mundo. Ao buscar assegurar as credenciais epistêmicas da Economia através de sua adesão ao "método científico" (estratégias materialistas), a corrente teórica hegemônica passou a apresentar-se como a única forma possível de conhecimento racional, no âmbito econômico, dificultando a disseminação de correntes alternativas de explicação do fenômeno[13].

## 5. Dois Âmbitos Lógicos Distintos: o "ser" e o "dever ser", ou a Esfera da "Teoria Econômica Pura" e os Problemas de "Política Econômica"

A teoria econômica dominante, fortemente influenciada pelo cientificismo, assenta-se sobre os mesmos elementos que, presumivelmente, garantiram o rigor e a objetividade na formulação das verdades científicas na física clássica: a analiticidade, o primado da causalidade e do determinismo

[12] Jevons, W.S. (1871). Citado em Georgescu-Roegen, N. (1979, p. 118). O mesmo ideal teria levado Comte a chamar a Sociologia de "Física Social".

mecanicista, o caráter nomológico na construção das teorias e, por fim, a matematização, para citar alguns dos mais relevantes. Por conta disso, possui como motivação principal a descrição dos fenômenos econômicos de forma neutra, a-histórica e objetiva. Essa é a concepção de todos aqueles que compartilham a interpretação tradicional.

Esse arcabouço teórico deveria prestar-se, portanto, à construção de técnicas de análise que se mostrassem adequadas ao entendimento do funcionamento do sistema econômico "tal qual ele realmente é". Há que se atentar para o fato de que, uma teoria deste tipo (pura) estabelece determinados pressupostos que, na realidade, nunca se verificam em sua totalidade, mas apenas em maior ou menor grau de aproximação. Em particular, como lembramos acima, ela pressupõe, por exemplo, o predomínio de interesses puramente econômicos, excluindo, portanto, a influência de uma orientação do agir segundo diretrizes políticas, morais, extraeconômicas, ou valorativas de qualquer tipo possível.

A construção racional, desta forma, tem o valor de desempenhar o papel de meio para uma imputação causal correta. Exatamente este sentido possuem as construções teóricas baseadas em um agir racional *stricto sensu*, e livre de quaisquer erros, que foram criadas pela teoria econômica "pura". Sob o ponto de vista lógico, essas construções hipotéticas são racionalmente corretas *apenas* como possíveis formações de "tipos ideais" (Weber). Decorre dessa razão o fato de que, para os economistas positivos, as hipóteses ou axiomas básicos da teoria não estarem sujeitos à verificação empírica independente. Trata-se, inegavelmente, de uma ficção extremamente útil, quando consideramos fins de caráter *exclusivamente* teórico. Paradoxalmente, entretanto, o processo de naturalização e formalização da Economia enquanto ciência "pura" – levada a termo pela escola neoclássica – veio a redundar, com o passar do tempo, na atual confusão entre as duas abordagens (positiva e normativa), dando origem a instrumentos de política econômica derivados diretamente de modelos altamente abstratos e irrealistas. Essa denúncia já havia sido feita pelo próprio Weber, em 1917 (p. 390 e 395)

> Mas é preciso ver que as ficções de uma economia pura que são úteis para fins teóricos não podem ser convertidas em base de avaliações práticas de fatos reais... [Neste último caso], a avaliação deixa

[13] Essa exclusão concretiza-se sob a forma de dificuldades na obtenção de financiamentos para pesquisas, bem como nos problemas encontrados para a publicação, em bons periódicos, dos trabalhos cujos focos de interesses não se coadunam com o arcabouço analítico – métodos, axiomas e conceitos – do *mainstream*.

> de ser unívoca e inclui avaliações e valores que não podem ser definidos e decididos unicamente com meios econômicos.
>
> ...
>
> Mas referente a essa teoria [neoclássica], deu-se de maneira típica a "confusão de problemas". Pois, realmente, essa teoria pura, "individualista" neste sentido, "neutra frente a moral e frente ao Estado" que foi e será sempre indispensável como instrumento metodológico, foi concebida pela escola radical que é partidária do livre comércio como uma cópia exaustiva da realidade "natural", quer dizer, não falsificada pela estupidez dos homens, portanto; levando em consideração isso, foi concebida como um "dever ser", ou seja, como um ideal válido na esfera do valor e não como um tipo ideal que é utilizável para a investigação empírica daquilo que é.

E ainda (*ibid,* pp 390-1):

> ... as racionalizações econômicas, por mais indubitável que seja o seu "caráter correto" no sentido técnico, de maneira alguma podem ser legitimadas diante do fórum da avaliação [prática] unicamente em função desta sua qualidade, ou característica.

Esta é uma característica de fato curiosa, que a Economia desenvolveu à diferença do que ocorreu com a Física. Jamais ocorreria a um físico teórico a idéia que se pudesse construir uma ponte, uma estrada ou um viaduto (arte da engenharia) lançando mão, diretamente, de conclusões oriundas de teorias da física abstrata, tendo em vista o irrealismo intrínseco às hipóteses, axiomas ou "tipos ideais" utilizados livremente nessas teorias – como, por exemplo, o movimento sem atrito, o conceito do "vácuo", etc. Poderíamos nos questionar, então, por que razão, com tamanha freqüência e facilidade, ocorre que proposições normativas de política-econômica (arte da economia) sejam diretamente derivadas de teorias econômicas altamente abstratas (com todos os seus "tipos ideais" – concorrência perfeita, informação perfeita, homem-econômico, substituição plena entre os fatores de produção, progresso tecnológico ilimitado, etc.)?

Argumentamos, a seguir, que essa confusão entre os âmbitos da ciência econômica "pura" e a "arte da economia" não foi acidental. Pelo contrário, quando utilizamos o modelo de Lacey para interpretar essa tendência, verificamos que, também no âmbito sócio-econômico, há uma "feliz coincidência", ou melhor, em termos de Lacey, uma "afinidade eletiva" entre o privilégio das estratégias materialistas na formulação das teorias, e sua direta aplicação à esfera pragmática

(através da implementação de diretrizes de política-econômica de determinado tipo), e que no âmago dessa questão os valores desempenham um papel capital.

## 6. A Crítica de Lacey estendida à Economia Ortodoxa

A economia mundial, produziu, ao longo das últimas décadas, renovados surtos de pobreza e crises – ambientais, culturais e sociais –, a ciência natural, novos artefatos de controle sobre a natureza e, indiretamente, de destruição. Esse infeliz resultado, segundo a interpretação normalmente oferecida pela tradição, remonta, seja a um abuso contingente, seja à utilização equivocada de uma forma de cientificidade legítima.

Entretanto, segundo a interpretação de Lacey que expusemos no início do texto, este resultado está antes radicado nos próprios procedimentos, métodos, axiomas, e no sistema de categorias da ciência natural. As estratégias sob as quais as investigações são conduzidas na ciência moderna refletem, de acordo com seu modelo, relações de reforço mútuo com as perspectivas valorativas de alguns grupos, e com os interesses que serão favorecidos por intermédio das aplicações daquele conhecimento obtido. Significa a existência de uma espécie de simbiose entre saber e poder (entre ciência e controle, entre valores cognitivos e valores sociais, ou ainda entre os âmbitos positivo e normativo), que não poderia ocorrer, caso a ciência básica, fundamental ou "pura" fosse realmente "neutra", como se apresenta e se auto-entende.

De acordo com esse enfoque crítico, não estamos às voltas com uma objetividade absoluta e a-histórica, senão com um mundo científico filtrado pelos valores das sociedades modernas (ou os valores do moderno sistema de produção de mercadorias). Essa interpretação nos ensina que, mesmo no nível mais elevado de abstração científica, as explicações supostamente "neutras" dos fenômenos estão, de fato, espelhando, para além dos valores cognitivos, valores sociais importantes. Gostaríamos de estender aqui esta conjectura ao campo das ciências sociais, argumentando que, também no pensamento econômico dominante, o mesmo pode ser verificado.

Aparentemente, em se tratando de questões sociais, a idéia de "controle", quando aplicada à interpretação da Economia, é menos clara do que as pretensões técnicas associadas às ciências da natureza. Um exame um pouco mais detido dessa questão revela, contudo, que ambas as formas de "controle" partilham as mesmas raízes e o mesmo modo velado de operar. É isso que gostaríamos

de defender aqui: o controle social, assim como o controle sobre o universo material, oculta-se sob a mesma égide de "neutralidade" científica.

### 6.1. Neutralidade Axiológica e a "Inevitablidade" da Ação (por ela informada) no Âmbito Pragmático

De acordo com a ótica estritamente científica de análise dos fenômenos naturais, somente aquilo que era passível de acontecer, acontece. Os eventos naturais são determinados por mecanismos causais inerentes ao mundo físico e que independem por completo tanto da vontade, quanto da escolha humanas. Esse tipo de fenômeno não se presta a julgamentos de cunho valorativo, tendo em vista que os valores dizem respeito exclusivamente a um mundo que poderia ser diferente daquilo que efetivamente é.

Argumentamos acima que há uma maneira de considerar os fenômenos econômicos (economia positiva neoclássica) que os torna uma espécie de extensão da natureza. Os fenômenos econômicos, tal qual os naturais, estão, segundo esse entendimento, submetidos a leis que se impõem com necessidade. Se assim fosse, tudo que poderíamos fazer, caso pretendêssemos agir racionalmente, seria, no plano teórico, procurar conhecer essas leis e esses princípios que regem seu funcionamento, com o intuito de, no plano pragmático, ordenar nossos comportamentos em conformidade com suas indicações. Neste caso, desdobra-se como consequência imediata, a partir dos resultados teóricos obtidos, a possibilidade que se tem de controlar inteiramente o curso de uma ação, não apenas quando se trata de uma ação operando sobre sistemas físicos (como na arte dos engenheiros), mas também quando consideramos ações operando sobre fenômenos sócio-econômicos (na arte da política-econômica).

Se o modelo neoclássico de explicação dos fenômenos realmente refletisse o mundo econômico "tal qual ele realmente é" (independente de nós), como, segundo a tradição, supostamente o faz, tendo em vista que se situa no nível metodológico mais elevado – de "ciência pura"–, a margem de manobra em termos de tomadas de decisões de política-econômica afigurar-se-ia, de fato, extremamente limitada. A famosa resposta de Margareth Thatcher, quando interpelada sobre algumas de suas controversas medidas de política-econômica –"There's no alternative"[14] – reflete justamente isso: a pretensa "inevitabilidade" (pragmática) de tais medidas,

[14] A esse respeito, ver Dupré (1994, nota de rodapé 15).

em resposta à pretensa "inevitabilidade" (teórica) da realidade econômica descrita pela teoria que as inspirou.

A estrutura do discurso, neste caso, remete ao caráter da suposta "inevitabilidade" do curso da ciência, à idéia de que "não temos alternativas" viáveis, enfim, indica que a Ciência com "C" maiúsculo é, de fato, o único caminho a ser explorado no futuro. Assim, a própria estrutura das proposições cria diversas dificuldades para desenvolver projetos de pesquisa que indiquem vias alternativas. Nesse nível, qualquer divergência, no plano teórico, parece desafiar a própria resolução racional, e surgir, no plano pragmático, como uma resistência infundada e irracional ao "progresso", ou à trajetória "natural" do mundo contemporâneo.

O ônus da prova de que não há inevitabilidade no avanço científico baseado no modelo materialista recai, como sublinha Lacey, sobre aqueles grupos que representam valores outros, que não o controle. A grande dificuldade aqui parece residir na institucionalização da ciência moderna: os patrocinadores das pesquisas são os grandes grupos industriais, cujos interesses estão, é dispensável recordar, enredados aos modernos valores do controle, e a todas as suas implicações.

## 6.2. Medidas de Política-Econômica de cunho Neoliberal como Instrumentos de "Controle Social"

Ora, em contraste com a ótica axiologicamente "neutra" da abordagem estritamente "objetiva" dos fenômenos, algumas vêzes possível na física, quimica ou na biologia[15], uma abordagem estritamente materialista dos fenômenos econômicos, e a defesa veemente de que esta seja a melhor dentre as explicações concorrentes possíveis, abre uma brecha para a seguinte suspeita: talvez a descrição do "mundo tal qual ele realmente é" seja, em realidade, a descrição de um "mundo tal qual ele *deva* ser" – de acordo e em consonância com os interesses (valores) de alguns grupos – e esteja aquém do "mundo tal qual ele *poderia* ser".

A despeito do fato de haver muitos equívocos a serem criticados na utilização da metáfora mecânica e do tratamento exclusivamente formal-matemático para explicar o funcionamento da

17 Note-se que não há controvérsia, para Lacey, que uma parte considerável do corpo do conhecimento científico até hoje adquirido é "neutra", segundo sua definição, ou seja, que esses conhecimentos estão disponíveis para aplicação de forma a contemplar virtualmente quaisquer perspectivas de valor que atualmente se possa conceber. Alguns exemplos nessa linha seriam: a química molecular, as causas (virais ou bacteriais) das doenças, os nutrientes do solo e a radiação eletromagnética. Não se segue daí, contudo, mesmo quando consideramos apenas o âmbito das ciências naturais, que a pesquisa conduzida *exclusivamente* sob as estratégias materialistas (ou que a *totalidade* da pesquisa conduzida sob as estratégias materialistas) seja axiologicamente neutra (Lacey, 2002, p. 14).

Economia, os pontos que nesse momento interessa-nos salientar são outros. Seguindo a proposta de Dupré (1994, pp. 376-7), colocamos em dúvida a alegada neutralidade de valores envolvida na representação supostamente descritiva do funcionamento do "mecanismo econômico" das sociedades, e simultaneamente, gostaríamos também de explicitar aqui a *opção* envolvida nessa maneira de representação.

De fato, à formulação teórica presumivelmente neutra da realidade econômica, opõe-se um outro posicionamento. Nesse segundo caso, a atividade econômica precisa ser ordenada em função, não de uma ocorrência supostamente inevitável dos fenômenos, mas de um projeto geral que fixa prioridades sociais, objetivos e critérios de escolha. Enfim, trata-se aqui de um posicionamento comandado *explicitamente* por *valores sociais*.

O mito da "ciência econômica positiva", enquanto detentora do monopólio da racionalidade *per se* na explicação dos fenômenos do mundo social (a idéia de que as coisas "são como são", e que muito pouco ou nada há a se fazer contra a "realidade dos fatos", no nível metodológico mais fundamental de representação científica) desvia a atenção, no nível das tomadas de decisões político-econômicas, do debate da questão que realmente importa: a quais objetivos nós, enquanto sociedade, almejamos que a ciência econômica sirva?

Fomos encorajados a acreditar que intervenções governamentais criam fricções que atrapalham o bom funcionamento da "engrenagem" econômica. Uma vez que, segundo os preceitos da ortodoxia neoclássica, a dinâmica de alocação de recursos tende a ocorrer de forma ótima, a ação do Estado deve, em tese, restringir-se à *correção de eventuais falhas* nesse processo. Note-se, entretanto, que a teoria neoclássica (positiva), por isso mesmo (ou a despeito disso) fornece a legitimação para toda uma série de medidas (normativas) de política-econômica que vêm sendo tomadas, em todo o mundo, a partir da "Era-Reagan", e que continuam a ser tomadas, inclusive no Brasil. Ao celebrar o Estado mínimo e propor um retorno ao *laissez faire*, ela oferece a legitimação para a onda de privatização, desregulamentação e desmantelamento da proteção social que percorre o mundo desde a década de 1980.

É sabido que, nas últimas três décadas, a doutrina político-econômica neoliberal representou uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo atual. Como a escola liberal neoclássica, também os neoliberais acreditam que a vida econômica é regida por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais, cuja mola mestra é o mecanismo de preços de mercado. Contudo, essa versão atualizada do liberalismo defende o

*disciplinamento* da economia de mercado, a fim de garantir-lhe a sobrevivência. Segundo passaram a sustentar seus proponentes, para que o mecanismo de preços exista ou possa existir, seria imprescindível assegurar a *estabilidade financeira e monetária*, pois sem isso o movimento dos preços tornar-se-ia viciado. O disciplinamento da ordem econômica deveria, assim, ser efetuado pelo Estado, com o intuito de combater os excessos da livre-concorrência através de mecanismos variados, como por exemplo políticas econômicas de ajuste cambial, fiscal, monetário e de renda.

Assim, ao longo das últimas décadas, o que se assistiu no cenário internacional por intermédio dos "acordos bilaterais" firmados pelos organismos internacionais com o resto do mundo foi a propagação de uma política antiinflacionária de cunho monetarista – centrada no controle de emissão de moeda, na elevação das taxas de juros e na restrição ao consumo por intermédio da imposição de limites aos ajustes salariais, tanto no setor privado, quanto no público.

Nos países dependentes (e conseqüentemente devedores), pressionou-se por uma política cambial prolongada de desvalorização das moedas locais, com o intuito de gerar, por intermédio desses mecanismos, a criação de sucessivos superávites comerciais, utilizados para o pagamento dos juros das dívidas externas. Deste modo, a partir da década de 1980, o cenário internacional foi marcado por um período de restrições crescentes e indiscriminadas ao gasto público: em um primeiro momento esses cortes refletiram-se nos investimentos, depois nos gastos com o funcionamento do setor público (e, conseqüentemente, com o funcionalismo público), e por fim, culminaram com a venda de empresas públicas (na grande maioria das vêzes superavitárias) (SANTOS, 1999, pp. 145-6). É desnecessário recordar, mas a maior parte dos cortes nos gastos orçamentários do governo têm ocorrido nas áreas de saúde, educação, habitação, transporte público e infra-estrutura básica..

Dado este cenário internacional, se rejeitamos a idéia que a figura apresentada pela Economia "positiva" é meramente descritiva, ou que é a representação do fenômeno econômico "tal como ele realmente é", os aspectos normativos nela implícitos saltam aos olhos. Em outras palavras, segundo essa concepção, os critérios do "lucro", do "crescimento econômico" e do "progresso", entendidos como sob a forma de *máxima eficiência na produção e consumo de mercadorias,* são aquilo que a ciência econômica deve, em última instância, procurar promover.

## 7. Considerações Finais

A Economia neoclássica mostrou-se, de fato, o aparato teórico mais adequado e eficaz para lidar de modo prático-instrumental (intervencionista) com o mundo que temos – capitalista. Por esse mesmo motivo, ela não pode ser, de modo algum, uma teoria que, no plano epistemológico, restringe seus valores ao conjunto de valores cognitivos. Não pode ser, portanto, uma teoria axiologicamente neutra.

Com base no que analisamos neste trabalho, entendemos que o modelo de Lacey é adequado para uma compreensão do desenvolvimento da moderna Economia: também a teoria econômica do *mainstream* responde a uma "estratégia de pesquisa" – materialista – que inclui, para além dos valores cognitivos, valores sociais altamente estimados na modernidade. Dentre estes podemos enfatizar, uma vez mais, o livre mercado e o lucro – entendido a partir do critério da máxima eficiência na produção de mercadorias –, no nível microeconômico, e o "desenvolvimento" e o "progresso" – ideais de crescimento econômico virtualmente ilimitado –, no âmbito macroeconômico. Além disso, a teoria, como foi sublinhado, fornece o marco conceitual necessário à intervenção (manipulação/controle) prática sobre as sociedades, através da implementação de mecanismos de política econômica de orientação neoliberal, de forma a garantir a realização desses valores.

Nosso foco foi mostrar, seguindo a proposta de Lacey, que os vínculos que a *ciência econômica dominante* mantém com a *tecnocracia* são da mesma natureza que os vínculos essenciais (de "reforço mútuo") que a *ciência natural dominante* mantém com a *tecnociência.* Procuramos argumentar que, também no âmbito das ciências sociais, a preeminência das *estratégias materialistas* e o argumento da neutralidade axiológica – no âmbito da pesquisa fundamental – prestam-se excepcionalmente bem para que, no nível aplicado, privilegie-se a implementação de diretrizes de política-econômica de um determinado tipo (neoliberal).

Deste modo, tal qual o controle tecnológico sobre a natureza, o controle social expressa-se não de forma explícita, mas velada: expressa-se no dirigismo disfarçado da Economia (que a partir do neoliberalismo passou a atender pelo nome de "disciplinamento da economia de mercado"). Este é continuamente legitimado por um modelo teórico presumivelmente "neutro" do mundo econômico. Em nome de um mercado que supostamente "tende ao equilíbrio", e que, se deixado seguir seu próprio curso, conduz à maximização do "bem comum" (ou seja, em nome de uma

ontologia naturalística criada à imagem e semelhança da física pré-quântica e pré-einsteiniana), as diretrizes de política-econômica cunhadas pelos organismos internacionais propiciam que o projeto neoliberal siga livremente seu curso. Em outras palavras: através de uma ciência econômica supostamente "positiva", se consegue a legitimação teórica (e, em última instância, a legitimação política e social), de que inexistem alternativas viáveis de condução econômica das sociedades modernas. Os economistas teóricos, por entenderem (e propagarem o entendimento) de que fenômenos como a globalização, por exemplo, são o desenrolar inexorável de um processo "natural" da economia mundial, ficam eximidos da responsabilidade ética no que toca aos desacertos no nível da arte da economia.

**8. Referências Bibliográficas**

ARROW, K. J. (1974): "Limited knowledge and economic analysis", *American Economic Review*, março, pp. 1-10.

BROWN, H. (1984): *La nueva filosofia de la ciencia.* Madrid: Tecnos.

CUPANI, A.(1990): "Objetividade científica: noção e questionamentos", *Manuscrito*, XIII, 1, pp. 25-54.

DUPRÉ, J. (1994): "Could there be a science of economics?", *Midwest Studies in Philosophy*, n°18, pp. 363-378.

GARÓFAGO, G. & CARVALHO, L. C. (1985): *Teoria microeconômica*. São Paulo: Editora Atlas.

GEORGESCU-ROEGEN, N. (1975): "Energia e mitos econômicos", *Edições Multiplic*, vol.1, n°5, ago. 1981, pp 337-389.

_____ (1979): "Métodos em ciência econômica", *Edições Multiplic*, vol.1, n° 2, dez. 1980, pp. 115-127.

JEVONS, W.S. (1871): *The theory of political economy*. London: Macmillan, 1879.

KNELLER, G. (1980): *A ciência como atividade humana*. Rio de Janeiro: Zahar.

KUHN, T. (1970): *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1970, 2ª edição.

LACEY, H. (1998): *Valores e atividade científica*. São Paulo: Discurso Editorial.

_____ (1999): *Is science value free? – values and scientific understanding.* New York: Routledge.

_____ (2000): "As formas nas quais as ciências são e não são livres de valores", *Crítica*, Londrina, v. 6, n. 21, pp. 89-111.

_____ (2002): "The Social Location of Scientific Practices". Manuscrito – disponível em: < http://www.swarthmore.edu/Humanities/hlacey1/>. Acesso em 30/04/2005.

_____ (2003): "Existe uma distinção relevante entre valores cognitivos e sociais?", *Scientiae Studia*, v.1, n° 2, pp. 121.49.

ROSSI, P. (1997): *O nascimento da ciência moderna na Europa.* São Paulo: EDUSC, 2001.

SANTOS, T. (1999): "O neoliberalismo como doutrina econômica". *Econômica*, v. 1, n°1, pp. 119-151.

SEN, A. K. (1987): *Sobre ética e economia*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2002.

SMITH, A. (1776): *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Oxford: Clarendon Press, 1980.

WEBER, M. (1917): "O Sentido da 'Neutralidade Axiológica' nas Ciências Sociais e Econômicas". In: WEBER, M. (1973): *Metodologia das Ciências Sociais*, São Paulo: Cortez, 2001.